

ENFRENTAMENTOS E CONTRADIÇÕES NAS COMUNIDADES DE EXTRACÇÃO DE RECURSOS NATURAIS EM CABINDA – ANGOLA

Juliana Lando Canga

Universidade 11 de Novembro

Alfredo Gabriel Buza

Universidade 11 de Novembro

ENFRENTAMENTOS E CONTRADIÇÕES NAS COMUNIDADES DE EXTRACÇÃO DE RECURSOS NATURAIS EM CABINDA - ANGOLA

Resumo: Objectivou-se analisar os enfrentamentos e contradições existentes nas comunidades de Buco Zau e de Fútila, diante da ação das empresas extratoras de recursos naturais, nomeadamente, madeira e petróleo. Na metodologia de trabalho, destacam-se as narrativas de experiências vividas por diferentes interlocutores, aplicação de questionários, entrevistas, registro fotográfico, observação direta e indireta. Conclui-se que, as contradições têm o seu marco desde a desestruturação das sociedades ancestrais. Esse processo perverso é marcado por situações muitas vezes desumanas, pelo modus vivendi e operandis dessas populações, nas tensões constantes entre elas e as empresas e companhias exploradoras, uma extração sem nenhum significado para essas populações, apesar das altas taxas de crescimento. A aprovação de uma Nova Constituição em 2010, um novo sistema tributário, um fundo proveniente das receitas de petróleo e da criação do Instituto Nacional do Conhecimento Tradicional oportunizaram o surgimento de novo contexto de valorização dessas comunidades e seus saberes.

Palavras-chave: Recursos naturais, desenvolvimento, modernidade, saberes tradicionais, enfrentamento, Angola.

CLASHES AND CONTRADICTIONS IN THE COMMUNITIES OF RESOURCE EXTRACTION IN CABINDA-ANGOLA

Abstract: This paper aims to analyze the clashes and contradictions in the communities of Buco Zau and Fútila before the action of natural resource extractors, including wood and oil. As the methodology of work researches used the narrations of experiences lived by the different interlocutors, the application of questionnaires, interviews, photographic record, direct and indirect observation were carried out. It was concluded that the contradictions have their milestone since the disintegration of societies. This process is marked by perverse situations, often inhumane, considering the population's modus vivendi and operandis. They live in constant tension between them and the companies and operators, an extraction companies seems to have no significance to these populations, despite the high rates of growth they seem to offer. The approval of a new Constitution in 2010, a new tax system, a fund from oil revenue and the creation of the National Institute of Traditional Knowledge brought about a new context of valorization of these communities and their knowledge.

Keywords: Natural resources, extractors, traditional knowledge, confrontation, Angola.

Recebido em: 28.02.2011. Aprovado em:09.04.2011.

1 INTRODUÇÃO

A tríade modernidade, desenvolvimento e crescimento económico são buscados como factores para se apontar o bem-estar de uma determinada comunidade. Todavia, vezes há que, estes factores são dissociados principalmente quando se observa a vida social das comunidades onde se processa a extração de recursos naturais.

Importa destacar que a articulação desagregadora que hoje é visível em muitos países africanos e latino americanos possuem suas raízes desde a época de antigas colónias. Por exemplo, em África, o marco acontece com a Conferência de Berlim, ato assinado por treze países europeus, em 1885, no qual ficaram estabelecidas as regras para ocupação do continente de acordo com os interesses coloniais. As culturas locais, diversidade étnica, outras delimitações territoriais produzidas pelos povos ali estabelecidos foram quase que totalmente ignoradas neste acordo internacional.

Famílias de um mesmo povo foram separadas, como uniu povos inimigos num mesmo território geopolítico. Quanto à dimensão dos saberes, das práticas e manifestações artísticas desses povos, de organização já bastante complexa, foram desqualificados, colocados em desuso ou, no máximo, sendo explorados, com a grande contribuição das ciências humanas inclusive, como exóticos, originais, objeto de estudo e/ou de consumo de colecionadores estrangeiros. Línguas oficiais impostas pelo colonizador, novos valores, novos *modus vivendi e operandi* foram tomando, em cada um daqueles territórios-colônia, seus lugares.

Na metade do século XX, a contestação à colonização se fortalece e começa um movimento de guerras pela independência nas colónias africanas. Independências conquistadas por muitos países nas décadas de 1960 e 1970; mesmo assim, problemas políticos se avolumaram deflagrando uma fase de guerras civis da qual auferiu, dividendo importantes, a indústria de armamentos sediada nos países chamados de desenvolvidos e modernos. Com tais conflitos ocorreram, nestes países, dispersão de populações, destruição da infraestrutura de serviços do Estado, agravamento da pobreza e da dependência económica, embora a maioria deles em territórios muito ricos em recursos naturais.

Esse mesmo ideário tem acompanhado as ações do governo desde 2002, quando se inicia a chamada Reconstrução de Angola, pois que, o apelo ao desenvolvimento, ao moderno e ao crescimento económico são, disso, expressão significativa. Portanto, passada já quase uma década dessas ações de governo, busca-se aqui compreender o que tem significado em termos de mudanças nas condições de vida de grupos populacionais do país, o reforço a um modelo de desenvolvimento à base da exploração dos recursos naturais, o que é apresentado

frequentemente como capaz de alavancar Angola e projetá-la para uma outra integração à modernidade. Uma outra integração que corresponda aos índices de crescimento económico atualmente verificados. O que corresponde às riquezas naturais presentes no território. Serão essas condições suficientes para atingir a condição de desenvolvimento moderno?

Assim, estabeleceu-se como objetivo de estudo, analisar e compreender como a aldeia de Fútila e a vila de Buco Zau, em Cabinda, estão relacionadas às dinâmicas modernizadoras de Angola no que se refere à exploração e à exportação dos recursos naturais, cujas estruturas recebem inversão tecnológica importante no seu capital fixo, quais sejam, a indústria do petróleo e a indústria madeireira, representantes das estruturas económicas em grande medida responsáveis pelos indicadores de crescimento económico considerados elevados em relação a outras nações do mundo, hoje.

Ante o exposto, identificou-se nas localidades estudadas, as mudanças culturais, sociais, ambientais e políticas possivelmente relacionadas à exploração dos recursos naturais, influenciando as dinâmicas locais de algum modo atingidas também por ações mitigadoras, referidas no chamado desenvolvimento sustentável, das influências e mudanças ambientais advindos da exploração de recursos naturais.

Buscou - se identificar estratégias de sobrevivência implantadas nessas comunidades locais, desinvisibilizando-as no enfrentamento dos efeitos perversos produzidos pelas estruturas de produção de riqueza em regime de apropriação concentrada. Disso resulta, complementar e contraditoriamente, a proximidade física das estruturas, dos meios de produção da riqueza e, ao mesmo tempo, uma distância considerável no usufruto dos benefícios dessa produção.

As hipóteses apontaram as respostas às perguntas norteadoras, nomeadamente, sobre o significado, para as populações de Fútila e da vila de Buco Zau, a insistência do modelo de desenvolvimento capitalista, cujo ponto primordial é a exploração dos recursos, sem que isso traga a melhoria para as suas comunidades e a forma para alcançar o desenvolvimento moderno. Se o desenvolvimento moderno de Angola significa um bom índice de crescimento económico e uma posição privilegiada na economia do mundo. Se o fato de Angola ser rica em recursos naturais renováveis e não-renováveis lhe concederia o estatuto de um país desenvolvido e moderno.

Em comum, as localidades de Fútila e Buco Zau possuem populações que passam por carências e necessidades e estão situadas em áreas onde se exploram recursos naturais, nomeadamente o petróleo e a madeira respectivamente, desde a época colonial.

2 LUGARES E CAMINHOS DE PESQUISA

Os povoamentos da aldeia de Fútila e da vila do Buco Zau situam-se na província de Cabinda. A primeira mais identificada com a exploração de petróleo e a segunda com a floresta. A província de Cabinda possui todo um potencial que possibilitaria um desenvolvimento como liberdade, como acredita Sen (2000, p.18). Com uma superfície de 7.300 km² e uma população de aproximadamente 300.000 mil habitantes, é limitada a Norte e a Nordeste pela República do Congo, a Leste e Sul pela República Democrática do Congo e a Oeste pelo Oceano Atlântico, situando-se entre os paralelos 40 23' e 50 46' de latitude Sul e os meridianos 120 e 130 6' de longitude.

A província é rica em petróleo e em seu território incide parte da maior floresta de Angola, em diversidade biológica, o Mayombe. Possui quatro municípios: Cabinda, Cacongo, Buco Zau e Belize, com três comunas cada uma.

As atividades predominantes são a pequena agricultura, a pesca artesanal e o extrativismo. Geograficamente é destacada do restante do território de Angola, situação que ocorreu depois do redesenhamento das fronteiras africanas na Conferência de Berlim. (N'GUMA, 2005, p. 17).

A importância econômica de Cabinda no contexto nacional consiste no fato de ser a maior fonte de extração de petróleo e por possuir a Floresta do Mayombe. São 290 mil hectares de floresta tropical rica em espécies vegetais como o pau-preto, o pau raro, o pau ferro, o sândalo, entre outras, além de uma fauna diversa, contendo animais como chimpanzés, gorilas e elefantes, sob ameaça constante da extração ilegal da madeira.

A indústria petrolífera em Cabinda é representada pela multinacional Chevron que paga taxas de exploração de petróleo ao governo. Através da sua subsidiária, a Cabinda Gulf-Oil Company, operadora do Bloco 0, é associada (*joint venture*) à Sociedade Nacional dos Combustíveis de Angola – Sonangol, respondendo por cerca de 80% dos interesses. Outras petrolíferas são a Total com 10% e a Agip com 9,8%. A produção de petróleo no ano de 2004, no Bloco 0, correspondente à exploração *off-shore* de Cabinda em cujo raio de influência se encontra a aldeia de Fútila, foi de aproximadamente 400 mil barris/dia, cerca da metade do total de barris produzidos em Angola, calculados em 989 mil barris/dia. (BBCA, 2008; ANGOLA/PANAPRESS, 2008).

Dois municípios de Cabinda abrangem a área de exploração de petróleo. Cabinda e Cacongo. A pesquisa foi na localidade de Fútila, por ser a que se encontra no centro da área de exploração. Ela situa-se entre as localidades de Buco-Mazi e Malembo, ambas pertencentes à jurisdição da comuna de Malembo, município de Cabinda, dista a 15 km da cidade capital de Cabinda, e a menos de 50 metros da entrada para o campo petrolífero do Malongo,

onde opera a Chevron. Fútila possui cerca de 1848 habitantes, cuja fundação é apontado o ano de 1928. Aldeia litorânea, possui praias privilegiadas e terra fértil para o plantio. As principais atividades são a pesca, a agricultura, o extrativismo e a criação de animais. Sua paisagem é coberta de palmeiras, com a população e cultura de predominância Bakongo.

Quanto ao setor madeireiro, apesar de a área florestal de Cabinda ser uma das menores em tamanho em relação às outras províncias (BUZA, 2010, p.26), no período de 1990 a 1995, Angola exportou cerca de 840.403 m³ de madeira, cabendo a Cabinda a responsabilidade por 33,94%, cerca de 285.254 m³. Esse volume foi oriundo majoritariamente do Mayombe. Enquanto Cabinda atingia a média anual de exportação de 57.050,80 m³ de madeira, as restantes províncias juntas exportavam em média, por ano, 111. 029,8 m³, totalizando naquele período 555.149 m³ de madeira.

A área de exploração florestal envolve especificamente os municípios de Buco Zau e Belize. Optou-se pela vila do Buco Zau como centro desta atividade para se fazer o estudo. Buco Zau é designação que provém do *Kyombe*. Diz-se que *Buco provém do nome* do antigo rei do Matchionzo, que se chamava *Mambuco*. A segunda palavra, *nzau* significa elefante em *kyombe*. Era uma área abundante de elefantes, o que ainda se registra hoje, mediante os relatos de conflitos entre o homem e essa espécie ameaçada de extinção. Assim ficou NBuco NZau, aportuguesado para Buco Zau. O município possui três comunas¹, nomeadamente a sede do município, Necuto e Inhuca, com cerca de 144 aldeias. (BUZA, 2006).

O município hoje conta com um hospital em construção, dois postos médicos, dez postos de saúde, 58 escolas do primeiro nível, três do segundo e terceiro níveis e uma instituição de Ensino Médio. Com 40.000 mil habitantes, a função pública é o maior empregador no município, com 889 trabalhadores, cerca de 2,22% da população. A maioria da população local se ocupa da agricultura e criação de animais, quer como atividades principais ou para aumento da renda.

Priorizou-se na pesquisa a comuna-sede, especificamente a vila de Buco Zau, onde atua a empresa Abílio de Amorim, importante empresa madeireira. De um modo geral, o número de habitantes, tanto da vila de Buco Zau quanto de Fútila, envolvidos nas atividades de exploração de madeira e petróleo é muito pequeno.

Foi nestas localidades que se garimpou narrativas, experiências vividas por diferentes sujeitos – então autorizados pelas autoridades locais para responderem aos questionários e concederem entrevistas, cujo roteiro abarcou o período de 2002 até 2010.

Tomou-se a análise de conteúdos dos meios de comunicação angolanos, públicos e privados, o registo fotográfico, procedeu-se a observação direta

e indireta dos modos de vida locais, tendo sido coletados dados com entrevistas semiestruturadas aplicadas a representantes das empresas, nomeadamente, um da Empresa Abílio de Amorim, que explora madeira na área florestal contígua à Vila de Buco Zau, e três representantes da Chevron. Quanto ao questionário, composto por quatro blocos de questões, conseguiu-se aplicá-lo a 30 indivíduos, 15 de cada comunidade, autorizados a colaborar como interlocutores.

3 INTERLOCUTORES E PASSOS DA PESQUISA

As pessoas que foram indicadas pelos dirigentes locais às conversas e à aplicação de questionários são aqui designadas de interlocutores e residem nas localidades próximas à exploração de petróleo e à de madeira, na província de Cabinda. Na sua maioria, camponeses, pescadores e um número mínimo de trabalhadores da Chevron, de empresas madeireiras muita das vezes em serviço temporário, recrutados no processo de corte e funcionários públicos e privados. Os interlocutores foram identificados com pseudónimos como Mavinga e Mabilia.

A estratificação das pessoas, que representaram as comunidades, foi feita através da mediação dos dirigentes das mesmas e das entidades do Estado, nomeadamente, a Coordenação da Aldeia de Fútila e a Administração Municipal do Buco Zau. Sem a autorização destes, o acesso aos habitantes locais torna-se difícil. Os critérios utilizados não nos foram revelados. Sendo uma pesquisa de cunho especificamente qualitativo, neste universo de 30 interlocutores, trabalhou-se com as suas narrativas, às quais foram atribuídas falas.

As perguntas foram abertas, o que possibilitou o agrupamento das respostas por categorias. Dentro de 15 perguntas feitas, obteve-se cerca de 335 respostas, convergentes e divergentes, fruto das especificidades de cada comunidade. Qualificou-se as contradições e as mudanças mediante os seus efeitos no *modus vivendi* das populações, tendo como base os resultados obtidos na pesquisa, considerando os ganhos, campanhas, perdas, denúncias, ações de organizações não governamentais, igrejas e outras, o efeito da mídia etc.

As idades das pessoas indagadas, pertencentes às comunidades, variaram entre 24 e 86 anos, fazendo parte das etnias Bauoio e Bakochi no Fútila e Bayombe na vila de Buco Zau, com renda familiar média de US\$50/mês, menos de 2 dólares/dia.

4 UM OLHAR SOCIOCULTURAL E ECONÓMICO DO FÚTILA E DO BUCO ZAU

Para melhor interpretação dos dados qualitativos, apresentam-se os conceitos e as

determinações usados neste trabalho. As mudanças são as influências. Elas foram vistas de forma qualitativa, a saber, melhora (+) ou piora (-). Foram melhoras quando se entende que a ação externa, advinda da estratificação, tem contribuído para a melhoria. Foram consideradas piores, quando estas mesmas mudanças forem malélicas. Ou seja, são as direções que tomam a influência. Para melhora ou para a piora. Por outro lado, para se ter uma apreciação da dimensão das mesmas contradições e mudanças, tomam-se 3 níveis diferentes nomeadamente, Maior, Moderado e Pequeno.

Teve o nível Maior, quando a influência foi observada de forma clara, sem dificuldades. Considerou-se Moderado, quando essa interferência é observada com uma análise superficial. Passou a ser Pequena, quando praticamente não é possível observar a influência ou quando ela se torna difícil de determinar. Tratando-se de um juízo de valor, ele foi dado pelos próprios interlocutores.

A comunidade de Fútila é majoritariamente cristã católica, sendo a vila de Buco Zau com a maioria cristã evangélica, todavia, com uma presença católica na vila. A explicação desta realidade relaciona-se ao processo de colonização. A Igreja Católica Romana, como denominação religiosa oficial dos colonizadores, teve o privilégio de exercer o sacerdócio nas áreas mais próximas dos centros urbanos, ao passo que os missionários evangélicos eram afastados para o interior.

Do ponto de vista da formação acadêmica, um dado a reter em comparação com a faixa etária mais destacada, observa-se que em Fútila, concentram-se 26,7% na faixa de 31 – 40 anos, ou seja, nascidos entre 1969 a 1979, logo, chegaram no ano da independência com 6 anos de idade, os mais velhos desta faixa. Este fator indica que tiveram condições de ao menos alfabetizar-se. Isto não acontece com a comunidade do Buco Zau que tem na faixa etária 41 – 50 anos, a de maior destaque com 40%. Logo, justifica-se que cerca de 60% dos interlocutores, como indicativo, sejam analfabetos.

Quanto à renda familiar, ela é baixa. Observamos que, quer na aldeia de Fútila, como no Buco Zau, 60% dos entrevistados estão com a renda mensal abaixo do equivalente a US\$100,00 (cem dólares americanos). A diferença observável é originada por se tratar de pessoas que trabalham na Chevron, no caso de Fútila e na função pública no Buco Zau. Logo, se desprende que as atividades produtivas dos saberes locais, nomeadamente, agricultura, pecuária, pescas e o extrativismo, não garantem sustento digno.

A consequência da dificuldade de sustentar-se com as atividades produtivas dos saberes locais faz com que a nova geração deixe de exercer essas atividades e vá buscar outros saberes que possam garantir um futuro melhor. Assim, observa-se maior influência na preservação dos saberes populares relacionados com as atividades produtivas dos ancestrais, quer em Fútila como em Buco Zau.

A presença da televisão como veículo de comunicação, a preocupação e a necessidade de domínio da língua portuguesa e da inglesa têm provocado mudanças na preservação das línguas nativas, nomeadamente o *uoio* e o *kiombe*, em virtude das novas gerações estarem fazendo, em parte, pouco uso dela. Todavia, essa mudança é moderada na comunidade de Fútila, explicado pela proximidade com a área urbana, e pequena na vila do Bucu Zau, interior da província.

Igualmente, constata-se que, a falta de condições para que a produção agrícola local possa concorrer no mercado com os produtos importados, a vida dinâmica e de correria que caracteriza os dias atuais dessas comunidades, as interrupções de pesca e a escassez de pescado levaram à adaptação gastronômica, resultando daí, a tendência de sua não preservação, pois observa-se na dieta alimentar de ambas comunidades a constante presença de arroz, alimentação feita com óleo vegetal, uso de produtos enlatados etc. Ainda assim, a transformação a que me refiro é moderada em Fútila e pequena na vila do Bucu Zau, onde a carne de caça, a sacafolha, a banana e o óleo de palma ainda são uma constante na dieta alimentar.

Outra área da matriz, relacionada com a influência cultural, diz respeito à preservação das manifestações culturais e familiares. De certa forma, quer na aldeia de Fútila, como na vila de Bucu Zau, sentem-se os efeitos tendentes a uma piora na preservação destas manifestações. Em ambas as localidades, uma transformação para pior e moderado.

O aspecto da dignidade também se reflete na falta de saneamento básico, acesso à água potável e luz elétrica, o que concederia aos habitantes de uma localidade que produz valiosos recursos e receitas indispensáveis, o bem-estar. Os três aspectos avançados são muito influenciados e tendentes a piorar.

Como tudo deve ser visto como um sistema, entende-se que um fator de influência, também modifica o outro. Deste modo, não havendo saneamento básico, e havendo dificuldade de acessar a água potável, a questão da saúde passa a ser uma preocupação. Olhando para as condições sanitárias que as localidades oferecem, pode-se dizer que, quer em Fútila, como nem Bucu Zau, a mudança do desenvolvimento e da modernidade é moderado, tendente a pior. Dos aspectos de âmbito social, o que apresenta um aspecto digno de esperança é a educação fundamental. Embora com restrições, pode-se dizer que estão dadas as condições mínimas para se obter a formação acadêmica fundamental, ou seja, da alfabetização até a 9ª classe. Por este fato, a transformação pode ser considerada como pequena, mas tendente a uma certa melhoria.

No que consta observar sobre as mudanças ambientais, elas foram analisadas tendo em consideração os males que as ações de modernidade têm produzido para o ambiente, inclusive o próprio processo de exploração dos recursos naturais. Seja o que acontece com a floresta em Bucu Zau, como o que se observa na costa marítima da aldeia de Fútila, leva-nos a afirmar que o ambiente tem sofrido uma mudança muito tendente a piorar, com desmatamento, subaproveitamento de resíduos de corte de árvores, contaminação das praias, águas e dos peixes, através de derrame de petróleo.

A influência política, no que se relaciona com a organização, a participação e a representação comunitária é pequena e com certas melhorias, quer para a aldeia de Fútila, como para a vila de Bucu Zau. Melhorada, porque não se observa muita mudança naquilo que era a estrutura ancestral, pequena, por não ser muito ponderada essa mudança. As autoridades tradicionais, naquilo que é convivência e *modus vivendi* da população e comunidade, continuam a ser uma voz respeitada e considerada. Diante da matriz considerada, veremos, a seguir, como as comunidades têm enfrentado as contradições.

5 RESISTINDO E ENFRENTANDO

No período colonial, ao invés de desenvolvimento social acompanhado da modernização dessas comunidades, elas foram colonizadas para modernizar e desenvolver socialmente outros povos. No pós-colonial, acompanharam a guerra civil; não havia espaço para desenvolvimento social nem modernização das mesmas. As atenções do Estado estavam voltadas para a aquisição de material bélico sofisticado, moderno e tecnologicamente avançado para defender a soberania do país diante da guerra civil.

Nesta etapa de reconstrução nacional as atenções parecem estar voltadas para a modernização de Angola. Uma tentativa de se ver incluído no bloco dos países modernos, nos quais, as populações, abrangendo as dessas comunidades, possam usufruir de um novo plano de desenvolvimento social que desde muito tem sido adiado, afetando e desfacelando os saberes culturais. Para sobreviver a todas essas contradições, as populações dessas comunidades têm mobilizado várias formas de enfrentá-las. Entre essas formas de enfrentamento, algumas podem ser consideradas melhoradas, e outras, tendentes à piora.

A mobilização melhorada está ligada à perpetuação dos saberes tradicionais, da pesca, da agricultura familiar, das trocas comerciais dos excedentes agrícolas, da criação de animais e do extrativismo. Organizam-se em associações para reivindicarem os seus direitos. Cabinda conta com mais de 15 comunidades de pescadores, reconhecidas pelo Instituto de Pesca Artesanal,

integradas em 3 associações. Existem mais de 450 cooperativas de camponeses reconhecidos pela União Nacional dos Camponeses de Angola. A aldeia de Fútila conta com uma associação de pescadores, sendo que quer a aldeia de Fútila, como a vila de Buco Zau, possuem camponeses associados.

Uma outra forma de enfrentamento melhorado é o dikelemba ou kichikila² a que Milando se refere quando fala da resiliência. O processo funciona da seguinte forma: quatro ou cinco pessoas que trabalham na mesma empresa ou em empresas diferentes, assim como camponeses, pescadores, pessoas com atividades informais, por não poderem contar com o financiamento bancário, se organizam em associações informais de poupança e crédito rotativo. Ducados e Ferreira (apud MILANDO, 2007, p. 108) afirmam o seguinte:

Tais associações caracterizam-se pela existência informal de um grupo de pessoas, que contribuem periódica e regularmente com determinado montante financeiro, para um fundo comum cuja totalidade é rotativamente distribuída, em intervalos regulares, a cada um dos elementos constitutivos do grupo sem juros. O dikelemba permite assim o auto-financiamento de certos segmentos populacionais.

Essa criatividade permite a esses grupos resolverem aqueles problemas que requerem maiores valores monetários. A mobilização tendente à piora está relacionada com a desistência de muitos jovens, adultos e adolescentes das comunidades para tentarem a vida na cidade e que na maioria das vezes, por falta de oportunidades, se direcionam para a delinquência, prostituição ou trabalho infantil.

No que se refere ao trabalho infantil, é uma realidade antiga de enfrentamento dessas contradições. Quanto à prostituição, uma prática muito aliada ao turismo nos países chamados subdesenvolvidos. Tal aliança é comentada por Fanon quando fala da realidade das garotas de Copacabana nos anos de 1960. Essas são as consequências da falta de inclusão dessas populações dos benefícios advindos da exploração dos recursos naturais, principalmente das petrolíferas, as grandes contribuintes do Produto Interno Bruto – PIB de Angola.

Segundo a Agência de Notícias Panapress, (anunciou que) Angola recebeu investimentos de 66 bilhões de dólares americanos no setor de petróleo, entre 2008 e 2011, em projetos de pesquisa, exploração e desenvolvimento de crude, assim disse o presidente do Conselho de Administração da Sonangol, Manuel Vicente, na abertura da II Conferência e Exposição Regional Africana de Exploração de Petróleo em Águas Profundas, que decorreu na capital de Angola. (ANGOLA/PANAPRESS, 2008).

O administrador afirmou que, daquele valor, 51,6 bilhões de dólares serão canalizados para projetos de desenvolvimento, sobretudo em águas profundas e ultraprofundas, assim como no início de atividades nos blocos licitados em 2005 e 2006. Veja que neste depoimento não estão inclusos projetos de desenvolvimento social das áreas onde acontece a exploração; tudo está voltado à prospecção e à exploração futura. Isto significa dizer que existe falta de atenção máxima, tanto das empresas como de algumas entidades do governo que intermediam esses contratos, e que recebem as taxas e financiamentos para investimentos.

O Quadro 1 demonstra os índices de exploração de 2002 a 2008 comparando-o com o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano no mesmo período. Enquanto a Produção de Petróleo dobrou de 900.000 para 1.900.000 milhões de barris de petróleo/dia, o crescimento econômico que aponta o ganho econômico do país cresceu de 15,3% até 23,0%, não atingindo o dobro, sendo que o IDH que sinaliza a incorporação do ganho para as populações, seu crescimento foi ainda menor. Isto permite dizer que nem sempre os ganhos da exploração de recursos naturais são repassados para a comunidade, mediante o bem-estar.

Quadro 1 – Relação de Indicadores de produção, crescimento econômico e IDH – 2002 - 2008

Ano	Produção de petróleo (em milhões de bpd)	Crescimento econômico	IDH
2002	900.000	15,3%	0,381
2003	950.000	16,6%	0,381
2004	989.000	17,8%	0,439
2005	1.250.000	19,8%	0,439
2006	1.411.000	20,1%	0,439
2007	1.700.000	20,1%	0,446
2008	1.900.000	23,0%	0,446

Fonte: ANGOLA/PANAPRESS (2008), ANGOLA/ANGONOTÍCIAS (2008).

Desde 2002, com o marco do fim da Guerra Civil – uma das maiores conquistas de Angola é que o PIB angolano aumentou mais de dez vezes; de 471 mil milhões de kwanzas para perto de 4,5 bilhões de kwanzas (59 mil milhões de dólares). O ritmo frenético de crescimento econômico (com média anual 15,3% a 23,0 % entre 2002 - 2007). O crescimento do produto na indústria extrativa, sobretudo na petrolífera, explica a maior parte do aumento, mas quase todos os setores registaram crescimentos expressivos nos últimos anos. Em 2006, a indústria extrativa representou diretamente mais de 60 % do PIB; mas o seu contributo indireto – através de setores como o comércio, construção ou indústria transformadora – coloca o seu peso econômico em cerca de 80 %, segundo o Banco Mundial. (ANGOLA/ANGONOTÍCIAS, 2008).

O Banco Mundial, conhecendo a importância da economia do petróleo em Angola, chamou a atenção do governo para as políticas públicas implementadas, para que haja uma relação entre as riquezas produzidas e o *modus vivendi* das populações. Para isso, são necessários projetos concretos para a inclusão das populações aos benefícios extraídos desta tão importante fonte de crescimento econômico de Angola. Embora a empresa diga que existe a atividade social desde 1992, a realidade no terreno é adversa; é a teoria não-justificada na prática, visto que as populações não têm acesso suficiente aos produtos essenciais advindos do petróleo, como óleo diesel, óleo lubrificante, gasolina, corante para fotografia, asfalto, medicamentos, detergentes, tintas, essências para perfumes, borrachas, tecidos, colas, parafina, entre outros, que seriam necessários para suprir algumas necessidades básicas e impulsionar a indústria local como forma de garantir empregos e bem-estar e desenvolvimento para as comunidades.

A grande contradição deste cenário é que Angola só explora. A transformação de todos os derivados acima mencionados não é feita em Angola. A agregação de valores ao petróleo bruto acontece em outros países, principalmente nos Estados Unidos da América - EUA. Essa explicação é importante para ter a clareza de que Angola só explora para exportação e não para produção, por falta de tecnologia e de pessoas capacitadas e qualificadas na produção de tais derivados, reafirmando o alcance da independência política, com dependência econômica.

Vale ressaltar que não se está, aqui, reforçando um desenvolvimento, a base de exploração exacerbada de matéria-prima e construção de mega indústrias que possam aumentar os problemas ambientais. Somente mostrar que, os produtos daí derivados voltam à procedência de forma errônea; ou é para provocar guerras entre as etnias ou é para beneficiar uma parcela mínima de indivíduos, ou seja, somos incluídos e excluídos numa proporção muito grande, persistindo um abismo em comparação com os países chamados mais “desenvolvidos”. Falar de exclusão de dois mundos é somente considerar que os funcionários da petrolífera na maioria são expatriados, ou seja, estrangeiros e os nacionais, que não residem em Cabinda, não possuem contato com os cidadãos que habitam o local onde exploram. Diz-se que entrar no campo é como ir para um outro país. Existe uma cerca separando os dois mundos. Num processo neocolonial esta cerca representa o mundo do colono e o mundo do colonizador, como Fanon (2005, p.28) afirma:

A cidade do colono é uma cidade sólida, toda de pedra e ferro. É uma cidade iluminada, asfaltada, onde os caixotes de lixo regurgitam de sobras desconhecidas, jamais vistas, nem mesmo sondada. Os

pés do colono nunca estão à mostra, salvo talvez no mar, mas nunca ninguém está bastante próximo deles. Pés protegidos por calçados fortes, enquanto as ruas de sua cidade são limpas, lisas, sem buracos, sem seixos. Dentro deste mundo isolado por cerca elétrica existe toda uma estrutura moderna.

Esta cerca é a representação nítida da não inclusão dessas populações de forma satisfatória nas políticas de trabalho dessa exploradora. Esta cerca não deixa de representar uma ideia de uma exploradora com uma economia de enclave desassociada da realidade da comunidade vizinha. (HODGES, 2002, p.199).

Quando a população é questionada sobre a cerca, a referida exploradora admite que não existe nenhuma relação. Não é só em termos de empregos, mas, também, de relacionamentos e convivência. Cada um no seu mundo. Compartilham o mesmo espaço, sendo uns para manutenção da exploração e outros para a sobrevivência. A evidência nítida da supervalorização do material em relação à vida humana. Os recursos daí retirados não proporcionam a felicidade dessas populações. Essa constatação é bem clara na afirmação do **responsável “B”**, quando questionado sobre o significado dos projetos de responsabilidade social e cooperativo da empresa.

Segundo ele, esses existem como garantia da licença para operar com maior propriedade. Sua grande preocupação é a manutenção da sua estrutura, e não do bem-estar das populações. Talvez porque, tais projetos, ainda que existam, não têm um retorno significativo. Existe uma inversão de valores onde se ama as coisas e se usam as pessoas.

Para além da cerca elétrica, a Chevron possui uma equipe de segurança altamente preparada, com a responsabilidade de vigiar a área de jurisdição da companhia. Os pescadores, nas suas atividades, são constantemente vigiados pela empresa de segurança da exploradora. Se forem apanhados pescando perto das plataformas, isso acarreta uma série de tensões das duas partes.

Da parte da segurança, há necessidade de cumprir os deveres como funcionários. Precisam salvaguardar a área, nem que para isso a forma de ação seja severa. Os pescadores muitas vezes se mostram resistentes em termos de desocupar o local. Por isso, é considerado um risco, visto que, em caso de resistência, a punição é inesperada, o que pode levar perigo às duas partes. Como as tensões acontecem no mar, o risco é maior para os pescadores, já que os seus direitos não são seguros.

Para além da falta de emprego, a falta de políticas públicas que atendam as questões de saneamento básico, a educação de qualidade, saúde de qualidade, água potável, luz e boa moradia são bem evidentes. Ainda que o governo esteja empreendendo esforços e a exploradora tenha

projetos sociais, essas necessidades, consideradas substantivas na visão de um desenvolvimento com liberdade, ainda não são supridas. (SEN, 2000, p.18). Aqui está o mundo do colonizado ou pelo menos a cidade subdesenvolvida “[...] Ai se nasce não importa aonde, não importa como. Morre-se não importa de quê. É um mundo sem intervalos, [...] as casas umas sobre as outras. A cidade do colonizado é uma cidade faminta, faminta de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz [...]”. (FANON, 2005, p.28).

Esse esforço por parte do governo teve maiores ações a partir de 2002, e da parte da exploradora os projetos sociais começam em 1992 depois de completar 54 anos de exploração de petróleo. Entre os projetos sociais observáveis na aldeia de Fútila são apontados uma praça ou mercado, um posto médico, escola do Ensino Fundamental e um chafariz ou ponto de obtenção de água potável.

Milando (2007, p. 76) atribui a ineficácia destes projetos, em benefício das populações, ao desconhecimento profundo da cultura das mesmas por parte da exploradora. Acredita-se que essa ineficácia não deve ser conferida apenas a este fator. São vários os fatores que culminam nesse descaso, desde a falta de uma boa articulação dos nativos que fazem parte da implementação desses projetos até a desvalorização da vida humana.

Existem problemas de fundo que precisam ser levados em consideração, desde os objetivos dos projetos até a implementação. Por exemplo, qual é o objetivo de se construir um mercado se a maioria da população faz as vendas em frente das casas? Será que essa população foi ouvida antes da construção desses mercados? Se observarmos a questão de valorização dos saberes tradicionais dessas populações, veremos que as mulheres da aldeia ainda continuam a ir à lavra e cuidar dos filhos, o que significa dizer que, para além da lavra, as mulheres ainda se ocupam nos seus afazeres domésticos. Logo, é cômodo para elas vender na frente de suas casas. Como ninguém mexe, quando as pessoas chegam, elas saem para vender e depois voltam para as suas atividades domésticas. É melhor do ponto de vista de gestão do tempo, do que sair e ir ao mercado deixando os afazeres de casa à mercê. Esse esforço extra para elas não compensa em termos da administração do lar. Como resultado, os mercados ficam sem ser utilizados.

Comparando com o que é arrecadado em termos de exploração e crescimento econômico, esse mercado não expressa a qualidade necessária. Quanto ao Posto Médico, nele somente são tratadas questões emergenciais não graves; os casos mais complicados são encaminhados para o hospital provincial na capital, e que na maioria das vezes não dá conta da superlotação dos doentes. Por exemplo, no serviço de parto na aldeia de Fútila, são convidadas as parteiras tradicionais. A escola é de estrutura simples, própria dos países chamados subdesenvolvidos.

O chafariz abandonado não funciona mais. Como argumenta Milando (2007, p. 77), está relacionado com a questão cultural, é costume as populações desta aldeia buscarem água nos rios e nessa busca, diz Milando, ocorrem trocas de experiências, construção de saberes entre os grupos. O chafariz acaba sendo um elemento estranho sem nenhum significado de recompensa para estes. “Se for para buscar água fora de casa, então vou ao rio”.

Embora a empresa argumente distribuir redes mosquiteiras, medicamentos em cooperação com o Departamento da Saúde, como afirma o responsável “A”, a malária ainda é a grande vilã pela morte de crianças e mulheres grávidas na aldeia de Fútila, que tem grandes problemas de saneamento básico. Acredita-se que se a Chevron cooperasse nesta área, seria mais salutar, ao invés de um chafariz moderno que ficou inutilizado.

Por sua vez, **Mavinga** e **Mabiala** falam da exploradora madeireira nos seguintes termos,

Somos contratados na hora do corte depois somos despedidos esperando outro momento quando tem corte e muitas vezes não somos chamados de novo e ganhamos muito pouco. Por isso muitos jovens vão para cidade procurar emprego. Só os prospectores duram um pouco, mais também ganham mal”. “Sou prospector desde o tempo colonial, sem estudos. Aprendi a conhecer a mata através do meu pai que era caçador. Também fui caçador. Meu pai ensinou-me como se proteger dos animais ferozes e cobras. Sempre levamos conosco Makaso³ e sal para comer. Isso dá sede e ao beber a água o prospector pode aguentar o dia todo. Na falta de água tem vegetais cuja a seiva serve para matar a sede. Conhecemos as árvores através do cheiro, da cor do líquido. Antes do abate assinalamos os que devem ser abatidas para não abater árvores que não devem ser abatidas. Se tinha mais esse cuidado no tempo colonial. Agora nem todos os prospectores têm cuidado na hora de abate. Trabalhei na Jomar-áfrica, tinha 16 anos já era idade de pagar imposto. O meu dinheiro já dava para pagar imposto e comprar duas peças de pano. Passei pela Abílio de Amorim. Actualmente um prospector ganha de 30.000 mil Kwanzas a 35.000 mil Kwanzas muito pouco pelo trabalho que faz. Antigamente o corte era com machado. A arrumação era com as mãos sem protecção sem nada. As picadas eram abertas com catanas, agora já tem tratores, charretes para abrir os caminhos, motosserras para fazer o corte por isso que diminuiu a mão-de-obra. Com trabalho de prospector não ganhei nada de especial na minha vida.

Estou desempregado, sem reforma, e hoje vivo assim. Até madeira para fazer caixão se alguém morrer tenho dificuldade de adquirir. Não só eu mas o resto da comunidade também.

Uma análise comparativa com a situação de Buco Zau em relação à Fútila mostra que o cenário sociopolítico não difere. As contradições são as mesmas, a única diferença é que Fútila está no litoral de Cabinda, onde acontece a exploração de petróleo e a vila de Buco Zau se encontra na floresta de Mayombe onde acontece a exploração de madeira.

A empresa Abílio de Amorim, uma das exploradoras de madeira na Vila de Buco Zau em que **Mavinga** fazia parte, começou a sua atuação nesta área em 1968, tendo no momento 43 anos de atuação. **Mavinga** hoje tem 86 anos de idade sem aposentadoria e vive em condições sociais indesejáveis e ainda com vontade de trabalhar para pelo menos suprir as suas necessidades básicas de sobrevivência. Ele chegou à terceira idade, e encontra-se praticamente inutilizado. A trajetória de **Mabiala** é idêntica a de **Mavinga**, embora **Mabiala** tenha 11 anos a menos que **Mavinga**. Sobre o modo como a empresa nos seus projetos sociais trata essas questões, o depoimento do **representante** questionado foi:

Temos alguns projetos sociais a cumprir a longo prazo. São desafios tremendos como a iluminação pública, reabertura de estradas de terra batida, apoio a autoconstrução, com doações de madeira serrada, pregos e chapas de zinco. Criamos possibilidades de emprego para as povoações, nas respectivas áreas de concessão florestal. Montamos alguns geradores em algumas povoações do município, damos chapas de zinco a alguns habitantes, isso para justificar a licença. Quanto ao emprego, de momento a empresa já tem o pessoal fixo, como toda base administrativa, e a área semi-transformadora que é situada na capital sede de Cabinda. Os nossos trabalhadores são no total de 340 pessoas residem na cidade, o salário no valor de 28.000,00 mil kwanzas. Os que recrutamos no momento de corte não são fixos pela mobilidade dos cortes. Existe um sistema que funciona da seguinte forma: quando projetamos o corte na Vila de Buco Zau, por exemplo, quando tudo está preparado entramos em contacto com o soba ou regedor da área para divulgar o recrutamento e delimitamos quantas pessoas são necessárias. Dependendo das necessidades vamos solicitando. Geralmente ficamos num período de 1 a dois meses em cada área desde corte até a transportação.

O representante de Abílio de Amorim reafirma tudo que **Mabiala e Mavinga** relatam. Também coaduna com a constatação de Buza, Tourinho e Silva (2006, p.66) quanto à falta de investimentos que atendam as populações. Veja que as ações implantadas pela empresa seus objetivos não deixam de ser as que já relatamos quando falamos da Chevron.

Quando **Mabiala** fala que falta madeira até para se fazer caixão, não falta só madeira para caixão, falta madeira para carteiras escolares, para portas e janelas e para construção de bancos para serem colocados nas paradas de autocarros.

O real valor da floresta no sentido ecológico, económico e social até agora tem sido ignorado. A floresta é vista apenas como fornecedora de madeira, sem, no entanto, serem considerados, os critérios de corte os cuidados necessários para manter o equilíbrio ecológico. Há também falta de investimentos de importância social e económica para atender as comunidades que fazem parte dela sua fonte de alimento e sobrevivência. No processo de exploração florestal pouca atenção é dada aos tratamentos silviculturais limitando-se a uma extração empírica da madeira usando conhecimentos que passam de geração em geração sobre as espécies, forma de corte etc.(BUZA, 2010, p.30).

Segundo Angola/IDF (2008) e resultados publicados por Buza, Tourinho e Silva (2006, p.69), entre as 30 espécies mais extraídas e comercializadas na floresta de Mayombe são destacados cinco principais: a tola branca, livuite, limba, Ngulu-mazi e Kambala. A justificação para esta escolha é que muitas espécies que eram extraídas no passado têm sido pouco encontradas; é o caso do pau rosa, cujo corte encontra-se proibido. As espécies extraídas são mais utilizadas para exportação.

Todavia, existe um distanciamento da dimensão da produção com o *modus vivendi* das populações e, conseqüentemente, se constata a incapacidade do cumprimento dos projetos sociais eficazes. Quanto à questão da vila de Buco Zau, há a constatação de Buza, de que existe *a falta de investimentos de importância social e económica para atender as comunidades que fazem parte dela, sua fonte de alimento e sobrevivência.*

6 CONCLUSÃO

A exploração dos recursos está subjacente na insistência em um modelo de desenvolvimento moderno que não dá conta de atender questões básicas do homem, dentro da lógica de que exploração é igual ao crescimento económico.

Para as populações de Fútila e da vila de Buco Zau, a exploração dos recursos naturais é marcada por situações muitas vezes desumanas, pelo *modus vivendi* e *operandis* dessas populações, nas tensões constantes entre elas e as empresas e companhias exploradoras, nas áreas de exploração; um processo que não tem nenhum significado para essas populações.

O fato de Angola ser rica em recursos naturais renováveis e não renováveis, ainda não lhe autoriza como um país moderno e desenvolvido; ainda que haja elementos que sinalizam a modernidade, o fosso entre os chamados modernos e desenvolvidos e Angola é muito grande. Enquanto não se superar as liberdades substantivas das populações essa realidade tenderá para pior.

Todavia, as populações resistem a essa matriz num esforço de manutenção dos saberes locais, ou populares. Seja de forma consciente ou inconsciente. A pesca, o cultivo da terra, o extrativismo, entre outras ações, ainda de forma tímida, são modos de resistência a este modelo, vias de sobrevivência a apontar principalmente mudanças, transformações, nas sociedades africanas.

Com a aprovação da Nova Constituição em 2010 e um novo sistema tributário cujas arrecadações retornam de forma proporcional para as localidades de origem, assim como a criação de um fundo proveniente das receitas de petróleo, para atender as ações sociais, aliada à aprovação do Instituto Nacional do Conhecimento Tradicional, entende-se que as ações vão passar a pautar-se por uma abordagem contextual, valorizando a prática do conhecimento ancestral e cultural.

Com todos esses instrumentos já aprovados, espera-se para Fútila e a vila do Buco Zau novas perspectivas de projetos que possam atender as necessidades substantivas dessas comunidades. Pelos resultados, percebe-se que as influências culturais, sociais, ambientais e políticas podem ser resolvidas, caso se lance mão de estratégias para implantar um conceito diferente de desenvolvimento e modernidade. Todavia, precisa-se de uma organização e cumplicidade de todos os autores, cidadãos e membros da comunidade. E aqui a Sociologia pode e deve contribuir, abordando a complexidade e as transformações que as experiências sociais, na África, realizam.

REFERÊNCIAS

ANGOLA, ANGONOTÍCIAS. **Angola precisa de 'mudança radical' no política, diz OCDE**. Disponível em: <www.angonoticias.com/full_headlines.php?id>. Acesso em: 08 jun. 2008.

ANGOLA. INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL - IDF. Relatório de extração de madeira de 2002 a 2008. Cabinda, 2008.

ANGOLA. PANAPRESS. A perspectiva africana: Angola recebe investimento de 66 bilhões no sector dos petróleos. Disponível em: <www.panapress.com>. Acesso em: 14 nov. 2008.

BOLLAND & BURKE CHARTERED ACCOUNTANTS. **Chevron-Texaco reúne administração em Angola**. Disponível em: <www.bbc.co.uk/portuguesafrica/news/story/2004>. Acesso em: 14 nov. 2008.

BUZA, A. G. **Exploração Florestal no Mayombe**. Belém: Ed. do Autor, 2010. 87 p.

_____. **Potencialidades e Perspectivas Socioeconômicas dos Sistemas Agroflorestais no Município de Buco Zau, Província de Cabinda, República de Angola**. 2006. 124 p. Tese (Doutorado em Ciências Agrárias) – Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém/PA, 2006.

_____; TOURINHO, M.; SILVA, J. Caracterização da colheita florestal em Cabinda. **Revista de Ciências Agrárias**, Belém, n. 45, p. 59-78, jan./jun. 2006.

FANON, F. **Os condenados da Terra**. Tradução de José L. de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p.275.

HODGES, T. **Angola: do afro-estalinismo ao capitalismo selvagem**. S. João do Estoril: Principia. 2002. 303p.

MILANDO, J. **O desenvolvimento e resiliência social em África: dinâmicas rurais de Cabinda**. Lisboa: Ed. Periploi, 2007. 160 p.

N'GUMA, V. **Reflexões sobre a colonização portuguesa em Cabinda**. Luanda: Edições Chá de Caxinde, 2005. 142 p.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura T. Motta. São Paulo/SP: Campanha das Letras, 2000. 409 p.

NOTAS

1. A Comuna é dirigido pelo um administrador comunal e integra a terceira estrutura administrativa territorial do governo em Angola (províncias, municípios, comunas). Subordina-se, portanto, à estrutura municipal e esta à provincial, o que corresponde no Brasil à competência estadual.
2. Associações de crédito de poupança rotativo, ou organizações economicamente conhecidas como roscas.
3. É uma fruta típica de Cabinda com coloração lilás e um gosto amargo muito utilizado por camponeses e que serve para matar a fome.

Juliana Lando Canga

Professora auxiliar na Universidade 11 de Novembro (ANGOLA).
Doutora em Sociologia, República de Angola.
E-mail: julicanga@yahoo.com

Alfredo Gabriel Buza

Professor associado e Vice Reitor na Universidade 11 de Novembro (ANGOLA)
Doutor em Ciências Agrárias, República de Angola.
E-mail: buzaalfredo@yahoo.com.br

Universidade 11 de Novembro

Rua do Buco Ngoio - Conjunto do Buco Ngoio,
Casa nº 97, Cabassango.
Cabinda, - Angola